

Circular nº 436/2025

Brasília (DF), 9 de outubro de 2025.

Às seções Sindicais, às Secretarias Regionais e às(aos) Diretoras(es) do ANDES-SN

Assunto: Envia relatório da reunião conjunta dos Setores das IFES e IEES/IMES/IDES.

Companheiras(os),

Encaminhamos, para conhecimento, o relatório da reunião conjunta dos Setores das IFES e IEES/IMES/IDES, realizada nos dias 25 e 26 de setembro de 2025, na sede do ANDES-SN.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof.º Francisco Jacob Paiva da Silva
3º Secretário

REUNIÃO CONJUNTA DOS SETORES DAS IFES E IEES/IMES/IDES ANDES-SN

Data: 25 de setembro de 2025 (quinta-feira)

Local: Sede Nacional do ANDES-SN, Auditório Marielle Franco, 2º andar, Brasília-DF.

Coordenação: Cláudio Anselmo de Souza Mendonça (Presidente do ANDES-SN), Diego Ferreira Marques (2º Tesoureiro), Edmilson Aparecido da Silva (2º Vice-Presidente da Regional Sul), Herrmann Vinicius de Oliveira Muller (2º Secretário), Jacqueline Magalhães Alves (1ª Vice-Presidenta da Regional Leste), Marcelo Mário Vallina (1º (Vice-Presidente da Regional Norte I), Maria do Céu de Lima (3ª Tesoureira), Maria Raquel Garcia Vega (1ª Vice-Presidente da Regional do Rio de Janeiro), Sérgio Luiz Carmelo Barroso (1º Tesoureiro), Virgínia Márcia Assunção Viana (2ª Vice-Presidenta da Regional Nordeste I).

Representantes das Seções Sindicais: Valéria Raquel Porto de Lima (ADUEPB); Sônia Pereira (ADUFC); Maria Cecília Sousa de Castro e Susana Maria Maia (ADUFF); Einstein Lemos de Aguiar e Maria Luzinete Alves Vanzeler (ADUFMAT); José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS); Kathiúça Bertollo (ADUFOP); Jackson Costa Pinheiro e Maria de Nazaré Alves Lima (ADUFPA); Edson Franco de Moraes (ADUFPB); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Wilson Camilo Chaves (ADUFSJ); Pedro Mandagará Ribeiro (ADUNB); Kátia Maria de Aguiar Barbosa (ADUNEB); Andrea Gomes da Silva (ADUSB); Guilherme Dornelas Camara (ANDES/UFRGS); Jean Felipe Domingos Ramos e Augusto Santiago Cerqueira (APESJF); Cláudia Mendes Campos (ADUFPR); Antônio Jeronimo Netto (APUG); David Romão Teixeira (APUR); Ângela Maria Soares Ferreira (ASPUV); Neila Cristina Baldi, Gihad Mohamad, Maristela de Souza, Júlio Ricardo Quevedo dos Santos e Hugo Gomes (SEDUFMS); Nilson de Souza Cardoso (SINDUECE); Raimundo Nonato Pereira da Silva (ADUA); e Thiago Pereira Lima (APRUMA).

1. 14h às 14h30 - Informes da Diretoria

Obs.: Os informes das seções sindicais serão apresentados na mesa do dia 26/09, durante o debate da Agenda Nacional de Mobilização sobre a Reforma Administrativa.

Mesa: Cláudio Mendonça (Coordenador); Maria do Céu (Secretaria) e Virgínia Viana (Relatoria).

Informes do Setor das Estaduais – Maria Raquel Garcia

Informes do Setor das Federais – Maria do Céu

Informes das Lutas contra a Reforma Administrativa – Diego Marques

Informes do Setor das IEES/IMES/IDES

- Encontro das IEES/ IMES/IDES de 24 a 26 de setembro de 2025, na UEPB (terra de Margarida Alves, militante camponesa);
- Ato Nacional em Defesa da UEMG – ocorreu em Belo Horizonte, em 10/09/2025 – a proposta era da federalização, que não estava definida. O dia foi vitorioso com a participação ampla do ANDES-SN nas coordenações dos setores e triunvirato;
- Marcha Nacional das Mulheres Negras – marcada para 25 de novembro, com atividades preparatórias nas Regionais.

Informes do Setor das IFES

SOBRE A IN71:

- 1.1 - Acionar administrativamente o MEC quanto à ausência de fundamento legal na implementação da IN71 por parte das administrações centrais das IFES: enviada Carta nº 508/2025, NUP: 23000.041099/2025-61;
- 1.2 - Disponibilizado modelo de ação a ser ajuizada pelas seções sindicais nas justiças federais dos estados, a partir das distintas realidades de implementação da IN71: enviado modelo à SEDUF-RR, a pedido da seção; será encaminhado a todas as Seções por meio de Circular;
- 1.3 - Construir formulário para coligir informações das seções sindicais sobre as diferentes formas de implementação da IN71 nas IFES: último levantamento foi feito em 6 de junho, por meio da Circular nº 258/2025, 19 de fevereiro de 2025. Apenas duas seções responderam.

2. SOBRE PROCESSO PISO DO MAGISTÉRIO

- Ingressar solidariamente no Processo 005124635.2012.4.01.34.00 (movido pelo SINASEFE e com julgamento favorável e provimento parcial de recurso da União no STJ) quanto à questão da aplicação do piso do magistério à categoria EBTT. Após o recurso de apelação da União, a sentença foi parcialmente reformada para delimitar como prazo inicial do direito ao percebimento o dia 27/04/2011. Tal data se refere ao reconhecimento, por parte do STF, na ADI 4167, de que o piso seria vencimento básico. Encaminhamento tirado no encontro foi a participação, na condição de *Amicus Curiae*, caso o processo seja encaminhado para tribunais superiores, de modo a interferir, positivamente, na resolução do caso.

- a) No caso concreto, o SINASEFE tem registro sindical para servidoras e servidores federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica. Sendo assim, a representação abrangeria a categoria como um todo, razão pela qual, ao menos em tese, é beneficiária da decisão.

Informes da Reforma Administrativa

- Há três propostas: Emenda Constitucional, Projeto de Lei Complementar e Projeto de Lei Ordinária. O Grupo de Trabalho no Congresso ainda não apresentou o relatório final sobre a reforma administrativa;
- A AJN irá apresentar aprofundamento da análise jurídica e as iniciativas para enfrentar a Reforma Administrativa. Toda terça-feira, ANDES-SN, FASUBRA e SINASEFE se reúnem para discutir questões relativas à coordenação entre as entidades sobre temas como o Acordo de Greve, o debate no FONASEFE, e outros assuntos em pauta. Na última reunião tratou-se das necessidades de ampliar a mobilização na base e consubstanciar esforços em todos os níveis para enfrentar a reforma administrativa e a proposta de uma jornada/marcha/caravanas para Brasília (DF);
- Como não há relatório do GT da Câmara, apenas a apresentação de princípios, o debate foi atravessado pelas mobilizações nacionais contra a “PEC da blindagem” e pelo julgamento de Bolsonaro;
- Há uma proposta de, ao final de outubro, no dia 29, realizar uma grande mobilização em Brasília (DF).

Apresentação das(os) representantes das Seções Sindicais: ADUEPB, ADUFC, ADUFERPE, ADUFF, ADUFMAT, ADUFMS, ADUFOP, ADUFPA, ADUFPB, ADUFRA, ADUFSJ, ADUNB, ADUNEB, ADUR-RJ, ADUSB, ANDES/UFRGS, APESJF, APROFURG, APRUMA, APUBH, APUFPR, APUG, APUR, ASPUV, SEDUFMS e SINDUECE.

2. 14h30 às 15h30 - Análise de Conjuntura

Cláudio Mendonça abre o debate articulando alguns temas:

- Fundamentalismo religioso, genocídio de Israel e Estados Unidos na Palestina;
- Crise da Geopolítica Mundial;
- Indústria da Guerra no Sudão, Iêmen;
- Ação imperialista do Governo Trump;
- Realinhar e reorganizar a América Latina no sentido de desmoralizar as formas de colonização contemporâneas;
- Ascensão da Extrema Direita – A Reforma Administrativa é um dos caminhos desenhados que a classe trabalhadora precisa enfrentar.

O ANDES-SN encampou o PLEBISCITO POPULAR, a MARCHA DAS MULHERES NEGRAS, que será em 25 de novembro, em Brasília (DF), e participou ativamente das

manifestações CONTRA A PEC DA BANDIDAGEM. Assim, as tarefas do nosso Sindicato neste segundo semestre, como foi definido no 68º CONAD, em Manaus, estão sendo implementadas pela diretoria.

DEBATE com a participação da plenária presente (Sérgio Barroso, Raimundo Nonato, Shiraz, José Roberto Rodrigues, Augusto Santiago, Neila Cristina, Edson Franco, Susana Maia, Maristela de Souza, Virginia Viana, Maria Nazaré Alves) com as seguintes considerações:

- **CONTRARREFORMA ADMINISTRATIVA** – o que está em curso, embora sem projeto de lei, ainda, precisa ser amplamente discutido e debatido pelas seções sindicais junto a suas bases e devemos encontrar formas de organizar esse enfrentamento. A aprovação dessa reforma terá enormes impactos nos serviços à população como, por exemplo, o aprofundamento da terceirização do serviço de saúde. A questão que se coloca é: Como vamos mobilizar a categoria? É urgente organizar ou rearticular os fóruns estaduais de servidoras(es) nos três níveis federativos e fazer uma grande caravana em 29 de outubro, para pressionar, a exemplo do que o povo fez em todo Brasil contra a PEC da bandidagem. As questões da reforma administrativa não estão sendo muito compreendidas pelas(os) servidoras(es) e a sociedade como um todo. As(os) servidoras(es) de carreira serão cada vez mais estratificadas(os). Não há uma ligação direta entre a mobilização de domingo e a que queremos chamar atenção para a Reforma Administrativa. O relatório não ter sido apresentado é um engodo e um indicativo do que está por vir e há pontos-chaves da reforma que são pontos fundamentais para mobilizar. As manifestações de domingo não representam, necessariamente, que faremos isso acontecer para a reforma administrativa, que precisamos que aconteça novamente. É preciso manter as bases agitadas para o dia 29 de outubro e ter gente suficiente para as lutas em Brasília (DF). Nos Estados e Municípios é preciso ir em busca não só de nossa categoria, mas também da sociedade. A reforma trabalhista e a reforma previdenciária já foram uma derrota. Nós servidoras(es) públicas(os) perderemos estabilidade e seremos trabalhadoras(es) em extinção. Como vão ficar os sindicatos que já têm um ataque posto? Organização e posicionamento firme das(os) dirigentes nos sindicatos. A questão é, mesmo sem o relatório, não deixar cair a pauta da reforma administrativa.
- **CULTURAS EXTREMISTAS** e como agem, aqui no Brasil, na França e em outros lugares. Culturas da extrema-direita, no parlamento e religioso. Uma das nossas ações é dominar as novas tecnologias com os movimentos sociais. Professoras(es) da rede básica estão em mobilização, e é preciso estar com grande atenção à relação com as contrarreformas, como exemplo da previdência, mais uma vez.
- **DESMOBILIZAÇÃO DA CATEGORIA** percebida desde a mobilização de 10 e 11 de setembro. Como contagiar e envolver companheiras(os) em nossa luta?

Quem participa da mobilização em geral são as diretorias. Em 10 e 11 de setembro, a mobilização foi bem frágil. Falar de estabilidade na sociedade é algo que não chega muito. A impunidade e todos os ataques convidam para as ruas e como juntas(os) vamos alcançar a sociedade. Como mobilizar a base da sociedade? A dinâmica que afeta os espaços sociais e financeiros. Como essa pauta pode virar uma luta com os três segmentos da universidade. Como ter no sindicato uma posição “para além do sindicato nacional”?

SOLICITADA MUDANÇA DE PAUTA PARA ANTECIPAR A FALA DE MADUREIRA (AJN) E NEURIBERG – ASSESSORIA PARLAMENTAR

3. 16h às 20h - Apresentação da Assessoria Parlamentar da Análise da Reforma Administrativa e as medidas legislativas para barrá-la no Congresso Nacional e do Parecer da AJN sobre inconstitucionalidades presentes no projeto de Reforma Administrativa

Obs.: Em anexo, apresentações disponibilizadas pelos assessores (Anexos 1 e 2).

Leandro Madureira (AJN):

- A primeira ideia era alterar a constituição para seguir adiante com as reformas;
- Criar as legislações que caminhem no sentido de gerar precarização do Serviço Público;
- Criar um novo marco regulatório, ainda sem ideia do que poderia vir. Na Reforma da Previdência, foi a mesma ideia, pois, depois de 2019, abriu-se uma possibilidade de fazer a previdência ser totalmente diferente, inclusive de ser regime de capitalização;
- Os textos e Notas Técnicas do ANDES-SN são do que temos ciência e a perspectiva é de aprofundar a precarização. A proposição é de ter como referência a PEC 32: fragilidade da estabilidade do(a) servidor(a) público(a), redução dos salários, privatização do serviço público etc;
- O debate técnico da PEC 32/ 2020, continua como referência e a AJN do ANDES-SN tem 4 Notas Técnicas. A Nota 3 é a que contempla Quatro Eixos:

A) Estratégia, Governança e Gestão;

B) Transformação digital;

C) Profissionalização de serviço público;

D) Combate de Privilégios.

• ESTABILIDADE E CONTRATAÇÕES

- a) Uma das questões importantes é multiplicar os Serviços Temporários no Serviço Público – com salários menores, contratações que podem chegar a 10 anos etc, o que inclusive impacta no regime previdenciário, considerando que

- os contratados são do RGPS e não do Regime Próprio, que assim sofrerá um novo ataque;
- b) Risco: desvalorização das carreiras e achatamento dos salários.
- SISTEMA DE METAS – ANÁLISE DE DESEMPENHO DE SERVIDORAS(ES)
 - a) Perda de Cargos estáveis pela desnecessidade dos cargos;
 - b) Avaliação de Desempenho;
 - c) Afetará servidoras(es) que estão e os que virão.

ASSESSORIA PARLAMENTAR – NEURIBERG

O Congresso tem enfrentado “várias ameaças” de desenvolver as políticas sociais com a justificativa de não expandir “gastos”. Por sua vez, a elite empresarial tem suas agendas priorizadas com suas representações no Congresso. Isenções fiscais, perdão de dívidas rurais, o que se estima em torno de 300 bilhões de reais.

- No Congresso, 2/3 SÃO EMPRESÁRIAS(OS) E PROFISSIONAIS LIBERAIS, o que dificulta o avanço de pautas sociais. Por sua vez, tentam evitar o corte de incentivos para empresas, incentivam a desvinculação do Salário-Mínimo dos benefícios sociais, como o BPC, e Reforma Administrativa. Isso retoma a ideia de que o Estado gasta muito e mal, argumento usado para garantir orçamento a esses setores, em nome da Reforma do Estado e da Reforma Administrativa, numa disputa pelo orçamento público;
- A composição política é totalmente de oposição ao atual governo, e o desafio da luta pelo orçamento é grande contra a aliança MERCADO E PARLAMENTARES;
- GT DA REFORMA ADMINISTRATIVA – RELATOR PEDRO PAULO E PRESIDENTE DA CÂMARA, HUGO MOTTA – só fizeram uma apresentação e não uma minuta. O relator foi autor da tentativa de redução de salário das(os) servidoras(es) públicas(os), quis apensar a PEC 32 ao GT, mas não conseguiu. Isso é um ganho para nós que nos contrapomos ao deputado ZÉ TROVÃO, discutindo o modelo de Estado. No entanto, é um risco que mediante diferentes MANOBRAS CONSIGAM APENSAR A PEC 32 PARA UMA URGÊNCIA DE APROVAÇÃO. Alguns assuntos já avançaram sem vir para essa reforma, como, por exemplo, avaliação de desempenho nas progressões.

DEBATE/ QUESTÕES:

- É possível fazer alguma ação judicial no processo da reforma administrativa?
- Há possibilidade de ter mudança de carreira com a proposta de reforma administrativa e no contexto da previdência social?
- É possível que a terceirização ganhe um fôlego maior no processo de organização dessa RA, e parece ser pouco provável ter uma carreira que deixa de ser

vigente, enquanto outra ascenda, considerando que favorece mais empresá-rias(os) e os negócios — a exemplo de empresas como EBSERH.

NEURIBERG - Há a possibilidade de resgatar a PEC 32, que já está pronta, regimentalmente, é possível de mencionar uma nova PEC, resgatando a PEC 32. Assim, haveria tempo suficiente para votá-la ainda neste ano. Ou vai para PL, que já esbarra em outras normas, com tempo mais demorado. A RA não foi pactuada com o Senado, e isso pode ser uma dificuldade de sair ainda neste ano. **SÓ AVANÇA SE ATROPELAR O RITO. A PRESSÃO VAI SER FUNDAMENTAL JUNTO A ESSAS(ES) PARLAMENTARES.** Ter um novo PL é muito mais demorado, no mínimo dez plenárias para definir o texto do projeto de lei. É dito em bastidores para não fazer a relação com a PEC 32, e já se tem uma inclinação com o “ENEM DOS CONCURSOS”. Hoje, dificilmente teria apoio, por ser sensível e de difícil aceitação junto ao segmento de servidoras(es) públicas(os). Remunicipalização do Serviço Público em todo o mundo tem sido a tendência. Quem compra as empresas públicas do Brasil são estatais de outros países, como a China. Qual o Projeto que vai avançar para o Estado? Essa é a questão para entender a necessidade da RA.

MADUREIRA - Em relação aos Serviços das OS nos órgãos públicos, não tem tido uma reação importante, mas a precarização das(os) servidoras(es) tem sido questionada por esse segmento, com mais ações judiciais. Dos regimes de recuperação fiscal nos estados, ainda não há uma avaliação ou análise mais específica, e vale a pena fazer esse estudo. Algumas questões graves: FIM DE FÉRIAS DE 30 DIAS, FIM DO AUMENTO SEM RETROATIVO AOS MESES ANTERIORES etc.

LANCHE

4. 15h30 às 16h - Avaliação da semana de mobilização

Abertura por Cláudio Mendonça, Presidente do ANDES-SN:

- Realização do Seminário do FONASEFE em 15 e 16 de agosto, apontando a discussão sobre a Reforma administrativa e indicando para lutas de resistência visando barrar a RA; e a paralisação nos dias 10 e 11 de setembro, foram encaminhamentos a partir dessa articulação em unidade. A Marcha, em 29 de outubro, será também articulada a partir dessa frente. A luta contra a PEC 32 contou com o apoio forte do FONASEFE. Hoje, dentro do FONASEFE, há uma resistência em avançar, pois falta o texto, e nos embates surgem questões com o FONACATE.

DEBATE/QUESTÕES DA PLENÁRIA (Sérgio Barroso, Augusto Santiago, Nilson de Souza, Wilson Chaves, Diego Marques, David Romão, Einstein Lemos, Andrea Gomes, Raquel Garcia, Maria do Céu e Virginia Viana):

GT DA RA - Há estratégia de não apresentar o texto para desmobilizar servidoras(es) e buscar formas de surpreender. Paulatinamente nossa Carreira foi sendo devastada. Se estão escondendo o texto do relatório é porque é ruim para servidoras(es) públicas(os). Por isso, é importante uma campanha forte para desmascarar a Reforma Administrativa. Embora ainda não haja o texto, tem dois artigos da Constituição — o artigo 41, que consigna a estabilidade do servidor(a) público(a), que não foram regulamentados por uma lei complementar. O Deputado Pedro Paulo indicou a apresentação de um PL complementar para viabilizar um aspecto da RA. Hugo Motta defende que a RA não é uma pauta tóxica e é possível que esse GT mude muito de característica, mas é uma perspectiva. O Artigo 37 da CF destaca que o concurso público é a principal via de ingresso no serviço público e só permite “os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse”, se a ideia de “excepcional interesse” fosse retirada, se desenvolvem uma série de redefinições, ou seja, pensamos que os dois artigos da Constituição - 41 e 37 - são o principal foco de ataque da reforma. Sobre as IFES, já é concreto que o orçamento será de 4%, para uma inflação de 4,5% e isso é um forte ataque à educação. Essa é a RA da destruição, do apadrinhamento, da perseguição, e é preciso uma **COMUNICAÇÃO MAIS ATIVA PARA GANHAR MENTES E CORAÇÕES. É PRECISO DESMORALIZAR ESSA RA.**

- **PRECARIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES** - A precarização em Juiz de Fora está muito grande, e a universidade vem tomando iniciativas de reformas internas;
- Há um avanço na linha de terceirização disfarçada. Há um entendimento de que, quando há sobrecarga, qualquer motivo é válido, mesmo que sejam formas de precarização, com professoras(es) bolsistas e até voluntárias(os). A ideia é que é necessária uma RA, como a burguesia quer nos fazer crer;
- **FLUXO DAS CONVOCAÇÕES DO ANDES-SN** – Sugestão que as convocações venham com maiores detalhes sobre a agenda para facilitar o planejamento das SSIND. É preciso acabar com a falácia de que não precisa fazer nada. Os dias 10 e 11 de setembro foram muito parados; não houve quórum. No entanto, se avalia positivamente, como na época da greve, ir aos gabinetes de deputadas(os) a entregar a carta do ANDES.
- **SUGESTÕES/PROPOSIÇÕES:**
 - a) É preciso colar junto ao movimento nacional que se constituiu contra a PEC da Bandidagem, aproveitar o momento de fragilidade de Hugo Motta, que está desmoralizado, que é ligado à Faria Lima e não consegue responder o que pactuou nem com o Governo e nem com o Congresso;
 - b) **FORTALECER A MARCHA PARA BRASÍLIA NO DIA 29 DE OUTUBRO, COMO JÁ ESTÁ PREVISTO.** Definição de prioridades, quais são as áreas que precisam de reforma. Parece que é só de docentes, mas não é isso. A reforma vai exigir orçamento. A Avaliação de Resultado: nós temos problemas com a linguagem no Sindicato, de textos longos que a categoria não quer nem ler. A **MOBILIZAÇÃO DO DIA 29 DE OUTUBRO É IMPORTANTE!** É preciso possibilitar a conscientização para termos mais mobilização e participação, inclusive por meio das mídias sociais. É necessário

- desenvolver propostas alternativas, conteúdo engajador, parceria com influenciadoras(es) etc. Promover conscientização para seguir na luta;
- c) É preciso destacar a proposta de carreira única remuneratória que pode fazer entrar em decadência as que temos hoje. Fazer como na UEMG, além de barrar a privatização, está se fortalecendo a luta por autonomia. É PRECISO CONTRA-ATACAR!
 - d) A semana de mobilização começou com o debate sobre a autonomia universitária: QUANDO A AUTONOMIA ESTÁ FRACA, A SOBERANIA FICA FRÁGIL, A ORGANIZAÇÃO FICA FRÁGIL. É IMPORTANTE MANTER A LUTA!
 - e) Avaliação sobre as articulações com o FONASEFE que são PACTUADAS e nem todas as decisões conseguem ser fechadas com força. Deixou evidente a importância da atividade política de ontem, NO CONGRESSO, QUE ESTAMOS INCOMODANDO, E ISSO É IMPORTANTE;
 - f) Análise sobre a agenda da Paraíba, de onde é Hugo Motta, é uma estratégia de exposição de um Congresso desgastado e desacreditado. MARCHA DO DIA 29/10 – CUT, CSP-CONLUTAS, CTB, CNE e outras entidades;
 - g) FAZER ATIVIDADES NOS ESTADOS com PARTICIPAÇÃO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO DIA 25/09/2025:

- Efeito cascata da Reforma Administrativa para estados, municípios e Distrito Federal;
- Despertar que existe o risco de criação de uma tabela única remuneratória, que pode fazer com que aconteça com a carreira docente o mesmo que aconteceu com as carreiras dos cargos extintos, ou seja, cria-se um vácuo temporal em que não adianta sermos já concursadas(os) e com estabilidade.

EXEMPLOS DA LUTA CONTRA A PEC 32:

- Não desmobilizar;
- Não esperar um texto final;
- Jogar força na Marcha Nacional contra a Reforma Administrativa para o dia 29 de outubro, em Brasília (DF);
- Buscar mobilizar ações locais, em nossos locais de trabalho, municípios, Distrito Federal e estados.

EXEMPLOS DA LUTA CONTRA PEC DA BLINDAGEM E CONTRA A ANISTIA:

- Não temos apelo popular, mas precisamos comunicar com a população que essa reforma destrói o serviço público;

- A Câmara Federal e Hugo Motta estão ressentidos pelas derrotas e sabem que as entidades que representam servidoras(es) públicas(os) foram protagonistas nessas manifestações;
- Apostar em um diálogo e mobilização já com o Senado Federal.

Data: 26 de setembro de 2025 (sexta-feira)

Coordenação: Cláudio Anselmo de Souza Mendonça (Presidente do ANDES-SN), Diego Ferreira Marques (2º Tesoureiro), Edmilson Aparecido da Silva (2º Vice-Presidente da Regional Sul), Jacqueline Magalhães Alves (1ª Vice- Presidenta da Regional Leste), Marcelo Mário Vallina (1º (Vice-Presidente da Regional Norte I) e Virgínia Márcia Assunção Viana (2ª Vice- Presidenta da Regional Nordeste I).

Representantes das Seções Sindicais

Valéria Raquel Porto de Lima (ADUEPB); Sonia Pereira (ADUFC); Maria Cecília Sousa de Castro e Susana Maria Maia (ADUFF); Einstein Lemos de Aguiar e Maria Luzinete Alves Vanzeler (ADUFMAT); Jose Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS); Kathiúça Bertollo (ADUFOP); Jackson Costa Pinheiro e Maria de Nazaré Alves Lima (ADUFPA); Edson Franco de Moraes (ADUFPB); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Wilson Camilo Chaves (ADUFSJ); Pedro Mandagará Ribeiro (ADUNB); Kátia Maria de Aguiar Barbosa (ADUNEB); Andrea Gomes da Silva (ADUSB); Guilherme Dornelas Camara (ANDES/UFRGS); Jean Felipe Domingos Ramos e Augusto Santiago Cerqueira (APESJF); Gustavo Borba de Miranda (APROFURG); Cláudia Mendes Campos (ADUFPR); Antônio Jeronimo Netto (APUG); David Romão Teixeira (APUR); Ângela Maria Soares Ferreira (ASPUV); Neila Cristina Baldi, Gihad Mohamad, Nilson de Souza Cardoso (SINDUECE); Maristela de Souza, Júlio Ricardo Quevedo dos Santos e Hugo Gomes Blois Filho (SEDUFMS); José Domingues de Godoi Filho (ADUFMAT); Raimundo Nonato Pereira da Silva (ADUA); Gerdine Sanson (ADUMAT); Pedro Erginaldo Gontijo (ADUNB) e Wandeley Padilha (SINDUNIFESSPA).

5. 9h às 13h - Agenda e ações de combate à Reforma Administrativa, a serem construídas conjuntamente pelos Setores das IFES e IEES/IMES/IDES.

Mesa: Maria Raquel Vega (Presidenta), Herrmann Muller (Secretaria) e Sérgio Barroso (Relatoria).

1. APRESENTAÇÃO DA MESA

2. INFORMES PELAS SEÇÕES SINDICAIS

Foi solicitado que as Seções enviassem os informes por e-mail para secretaria@andes.org.br até sábado, dia 27 de setembro de 2025 - Anexo 3.

3. ENCAMINHAMENTOS APROVADOS

- a) Indicar às seções dos setores IEES-IMES-IDES e IFES rodada de assembleias com a seguinte pauta:
 - Paralisação de 48h, nos dias 29 e 30 de outubro;
 - Construção de caravana da seção sindical à Brasília para o dia 29 de outubro;
 - Debater a Reforma Administrativa e construção de ações locais para fortalecer a luta contra a Reforma localmente (estados, municípios e Distrito Federal).
 - Período para realização das assembleias: entre 1º de outubro a 16 de outubro;
 - Indicar às seções dos setores IEES/IMES/IDES e IFES a participação na marcha das(os) servidoras(es) públicas(os), no dia 29 de outubro, em Brasília, no turno da manhã. As seções sindicais devem organizar suas próprias caravanas.
- b) Que as seções sindicais busquem se incorporar e fortalecer as atividades no aeroporto de Brasília, todas as terças-feiras pela manhã, assim como na atividade de servidoras(es) às quartas-feiras, em frente ao Anexo II da Câmara;
 - Seções sindicais devem tentar realizar essas atividades também nos aeroportos dos estados, buscando deputadas(os) em seu deslocamento para Brasília.
- c) Mapear deputadas(os) e senadoras(es) que sejam de serviços públicos de origem, para reuniões nos gabinetes (pode ser às quartas-feiras durante a atividade de passagem na Câmara) levando materiais produzidos pelo ANDES-SN;
- d) Intensificar a campanha de denúncia da contrarreforma administrativa nas mídias do ANDES-SN e movimentos sociais, alertando para os impactos da contrarreforma em todos os âmbitos: federal, estadual e municipal. MOTE: Congresso inimigo do povo e dos serviços públicos;
- e) Seções sindicais devem buscar construir audiências públicas nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais com o tema: REFORMA ADMINISTRATIVA E SEUS IMPACTOS NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS;
- f) Que as seções sindicais busquem FORTALECER OU REATIVAR Fóruns de Servidoras(es) nos estados e municípios, como espaço de articulação das atividades aqui propostas e da Marcha do dia 29 de outubro;
- g) Trabalho de base: Rodas de conversa, debates, seminários, assembleias, panfletagem nas seções sindicais, em locais públicos como rodoviárias, postos de saúde, praças e mercados nos municípios;
- h) A diretoria do ANDES-SN deve convocar nova reunião conjunta dos Setores após a Marcha (Coordenações dos Setores devem avaliar a melhor data);
- i) Que as Seções Sindicais pressionem os Conselhos Superiores em suas instituições para que aprovem Moções contra a Reforma Administrativa;
- j) Convocar a Comissão Nacional de Mobilização para a semana da Marcha;

- k) Dia 15 de outubro - Dia das(os) Professoras(es), reunião das Regionais com as Seções Sindicais para agitar o ato do dia 29 de outubro.

ANEXOS

Tópicos e roteiro do GT da Reforma Administrativa

Neuriberg Dias – CONTATOS/DIAP

25/09/2025 – ANDES-SN

Tópicos

1. Agradecer o convite;
2. Parabenizar a pressão feita no Congresso, em particular junto ao deputado Pedro Paulo, que **recuou tanto no prazo** quanto em sua **pretensão original de priorizar a PEC 32, encorpada de forma fatiada em 6 (seis) eixos**;
3. Essa é uma vitória importante em função do pacto entre mercado e Congresso;

O mercado tolera o financiamento público de campanhas, empoderamento orçamentário do Congresso, aumento na quantidade de parlamentares e até que as(os) parlamentares aposentadas(os) acumulassem sua aposentadoria com o salário de qualquer mandato eletivo. Desde que:

- a) atuem como barreira contra pautas sociais do Executivo: Impeçam a expansão de políticas redistributivas, limitando a ação do Estado para garantir direitos em prol da redução das desigualdades — (manter uma política fiscal com teto de gastos) e;
- b) defendam as pautas que beneficiem a elite empresarial: derrubada do IOF, derrubada de imposto sobre grandes fortunas, manutenção da desoneração da folha, isenções fiscais bilionária, pagamento de IR para lucros e dividendos, anistia de dívidas para agronegócio, regimes tributários especiais e metade do orçamento para pagamentos de juros da dívida.

• Governo x Mercado:

Governo

1. Redução de supersalários;
2. Tributação de lucros e dividendos;
3. Cortar incentivos fiscais para empresas;
4. Novo regime de aposentadoria militar;
5. Tributação dos super-ricos.

Mercado

1. Salário mínimo sem aumento real;

2. Desvincular reajuste de benefícios;
3. Limitar recursos para saúde e educação;
4. Nova reforma da previdência;
5. Reforma administrativa.

Adiou para perfazer um rito político com líderes e governo;

4. Preocupações em relação ao GT da reforma administrativa

- Membras(os) – 14 deputadas(os), sendo coordenador o vice-líder do governo, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ);
- Obs.: diferente de comissão especial, que tem um debate mais participativo, com 40 sessões;
- Prazos – dia 7 de setembro, a apresentação do parecer preliminar; 14 de setembro, a versão final;
- Propostas – apresentou cinco eixos de propostas que serão sistematizadas em 3 tipos de proposições: PEC, PLP e PL.
- **Manobras legislativas:**

Apensamento de PEC: caso uma nova PEC seja apensada à PEC 32/2020, deputadas(os) fora do GT não poderão apresentar emendas, comprometendo o exercício pleno do mandato.

- **Centralização:**

Participação concentrada: a condução está altamente centralizada na liderança de poucas(os) parlamentares (Dep. Pedro Paulo e Pres. Hugo Motta).

Audiências públicas limitadas: apesar de previstas, não há transparência nem abertura real para participação ampla — o processo seletivo e restritivo.

- **Calendário:**

Prazo exíguo: 45 dias é insuficiente para consolidar audiências, redigir anteprojeto e debater medidas tão complexas;

Riscos de produzir soluções genéricas, com baixa viabilidade jurídica ou operacional.

- **Limites Constitucionais:**

Dependência de iniciativa: se as propostas envolverem criação/extinção de cargos, regime jurídico ou orçamento, dependem exclusivamente do Executivo (art. 61 da CF).

Consequência: O GT pode elaborar propostas sem eficácia prática, caso careçam de iniciativa presidencial.

• **Evidências e lições:**

Ampliação de contratação temporárias (prazo determinado), entre outras formas de contratação; ampliação da terceirização; privatização de serviços públicos; e avaliação de desempenho.

5. Pontos apontados pelo próprio relator Pedro Paulo:

- Não tratará de ajuste das contas públicas, no entanto: “algumas correções importantes no orçamento público”;
- questão da identidade única, do ato digital obrigatório, de todo ato no serviço público ser digital e rastreável;
- meritocracia, de planejamento estratégico, indicadores, bônus para servidoras(es) que baterem metas - 100% digitais sem um plano robusto e simultâneo de investimentos em tecnologia? Há um apagão de servidoras(es);
- serviço público do concurso nacional unificado para estados e municípios;
- Quanto aos supersalários não será apresentado. Pretende propor uma tabela nacional do serviço público, em que conste a remuneração de todas(os) as(os) servidoras(es) e prever uma transição de dez anos para a unificação das carreiras e dos salários em todo o serviço público.

Cobrar eficiência de uma estrutura sobrecarregada e subfinanciada.

6. Pontos gerais da reforma administrativa e as críticas/observações associadas:

Tema	Proposta	Críticas/Observações
Tabela única remuneratória	Governo federal define parâmetros; estados e municípios adaptam; transição em 10 anos.	Realidades distintas entre União, estados e municípios; inviabilidade prática; falta de diálogo com entidades representativas.
Metas e meritocracia	Executivos terão 180 dias para apresentar planejamento estratégico com metas; foco na meritocracia.	Ignora desigualdades sociais; serviço público é atividade de Estado e exige cooperação, não competição; base em visão empresarial/neoliberal.
Supersalários	17 propostas para limitar privilégios; definição clara de verbas indenizatórias vs. remuneratórias.	Tema já tramita há anos no Congresso; pode ser usado apenas como discurso; difícil aprovação.
Férias no Judiciário	Fim dos 60 dias; sem conversão em pecúnia.	Deve ter o mesmo destino dos supersalários: promessa sem efetividade.
Demissão e avaliação de desempenho	Criação do Sidec; avaliação individual como critério de progressão; possibilidade de demissão por insuficiência.	Já previsto na CF (art. 41, EC 19/1998); risco de uso punitivo; deputado Pedro Paulo já tem PLP sobre o tema.

Tema	Proposta	Críticas/Observações
Plano de evolução	Progressão baseada em avaliação anual + tempo de serviço.	Vago; sem menção a capacitação e qualificação; risco de desmonte da força de trabalho.
Vínculos de trabalho temporários	Contratos até 5 anos; quarentena de 12 meses; exigência de processo seletivo.	Fragmentação das equipes; precarização; incentivo ao “terceiro setor”; perda de mobilização e desestímulo.
Cadastro nacional de temporários	Banco de dados para municípios sem condições de realizar seleção.	Substitui concursos; desestimula carreiras; corte de investimentos em qualificação; precariza serviços.
Estágio probatório	Avaliação de desempenho a cada 6 meses nos 3 anos; estabilidade não imediata.	Contraria conceito atual de integração e formação; risco de desligamento precoce.
Etapas na carreira	Mínimo de 20 níveis de progressão.	Desconhecimento das especificidades das carreiras; risco de rebaixamento de pisos e desestímulo; visão fiscalista.
Bônus anual	Arelado a metas do órgão; pago 1x/ano; sem paridade com aposentados; uso de “curva forçada”.	Estimula competição interna; ignora ausências justificadas (ex.: saúde, maternidade); desrespeita princípios do serviço público.
14ª folha	Bônus pago como “14º salário”; opcional; vedada distribuição linear.	Reforça competição e individualismo; risco de injustiças; condiciona a presença física.
Teletrabalho	Permitido 1 dia/semana; mais dias só com justificativa.	Engessa realidades diversas; desconhece especificidades das atividades públicas.
Entrada em níveis mais altos	Concurso extraordinário pode permitir ingresso em níveis intermediários (até 10% das vagas).	Quebra da hierarquia e isonomia; desestimula base da carreira.
Redução do salário inicial	Piso de até 50% do salário final.	Enfraquece atração de talentos; gera rotatividade; desvalorização do serviço público.
Estatais não dependentes	Teto de remuneração igual ao STF para diretores; exceção para presidentes e vices.	Contradições com a realidade atual; remunerações muito acima do teto persistem via bônus e extras.
Municípios sem receita própria	Limite de secretários e teto de 20% do salário de deputado estadual.	“Receita de bolo” sem considerar realidades locais; prefeitos têm força política para barrar medida.

Brasília, 9 de outubro de 2025.

Coordenações do Setores das IFES e IEES/IMES/IDES